

THOMAS HOBBS: DO MOVIMENTO FÍSICO À FUNDAÇÃO DO ESTADO

Autor: Maria Eliane Rosa de Souza

Orientador: Prof. Dr. José Nicolau Heck

Grau: Doutorado

Data da Defesa: 23/06/2008

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://www.pucrs.br/pgfilosofia/teses_dissert/2008MariaElianeDO.pdf

RESUMO : O presente trabalho objetiva oferecer uma análise e uma interpretação da teoria política de Thomas Hobbes à luz da ciência do século XVII e das descobertas operadas pela física moderna em sua junção com a matemática. O texto se inicia com a abordagem do solo histórico sobre o qual se situa a filosofia de Hobbes, sobretudo com Euclides e Galileu, e caminha na direção da transposição dos movimentos físicos dos corpos para a fundação do estado civil. Destaca-se uma noção de filosofia que parte de uma base lógico-proposicional e material para, então, chegar a uma teoria política configurada na positividade formal da lei e no ordenamento jurídico do Estado. Da apropriação da tradição científica moderna, emerge uma nova imagem do homem que, apesar de racional, está submetido a movimentos inerciais no sentido mais laico do termo. Tais movimentos revelam a complexa e conflitiva condição a que está submetida a natureza humana, pela potencial guerra de todos contra todos. Como solução para essa questão, Hobbes propõe uma teoria política pautada no acordo das vontades e na transferência mútua de direitos, transpondo elementos da filosofia natural para a filosofia civil, sobretudo na adequação da lei da queda livre dos corpos e do princípio da inércia aos movimentos dos corpos humanos na vida em sociedade. Nessa configuração, o homem faz, de um lado, a guerra em nome da sobrevivência e, de outro lado, cria o Estado como fruto de sua vontade num intrincado cálculo que traça - muito mais do que a guerra - os melhores caminhos rumo à preservação e à paz. O que está pressuposto na teoria política de Hobbes é a análise do fisicalismo dos corpos e sua regulamentação externa pelo estado absoluto. Tal fisicalismo, no entanto, ao mesmo tempo em que representa a base sobre a qual se sustenta o modelo de Estado hobbesiano, nos leva a identificar os limites dessa teoria política, que pode não dar conta do fisicalismo radical identificado na origem dos corpos. A apropriação desses elementos nos permite afirmar que o modelo político apresentado por Hobbes funda direitos e deveres num contrato de justificação da soberania dado pela vontade e autorização, cuja marca principal é a defesa. O Estado, não obstante à sua face absoluta, apresenta-se como um construto artificial universal que agrupa a diversidade, abrindo os caminhos da autorização política e da obrigação moral.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.345-357
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

O CONCEITO VIDA COMO FUNDAMENTAÇÃO ONTOLÓGICA: A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE EM HANS JONAS

Autor: José Antonio F. Meister

Orientador: Prof. Dr. Ernildo Stein

Grau: Doutorado

Data da Defesa: 22/08/2008

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://www.pucrs.br/pgfilosofia/teses_dissert/2008MeisterDO.pdf

RESUMO: A responsabilidade em Hans Jonas é um princípio que surge por causa da ação consciente. Essa ação só pode ser levada a efeito pelo ser humano, dotado de pensamento e consciência, faculdades resultantes do desenvolvimento da matéria que se transmuda, a qual porque é livre. O homem resume em si os estágios mais altos de desenvolvimento da matéria. Pela tecnologia, o ser humano passa a ter o poder de conservar e destruir os demais seres, especialmente os seres vivos, valores maiores do processo evolutivo. Para proteger e conservar aquilo que a matéria se transformou, surge a ética da responsabilidade, que se torna ainda mais urgente, a partir da ação humana munida da tecnologia. Essa unidade homem-tecnologia pode destruir os demais seres e autodestruir-se com grande velocidade. Ser responsável significa agir com critério de prudência, a fim de não alterar os seres e depois não conseguir voltar ao estágio originário; por isso também o temor como uma forma de cautela, para o agir se fundar na máxima que garanta a vida como um todo, e especialmente a vida humana, no futuro.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.345-357
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

FILOSOFIA A SOMBRA DE AUSCHWITZ. ELEMENTOS DE UMA HERMENEUTICA DA (DES)ESPERANÇA NO PENSAMENTO DE THEODOR W. ADORNO

Autor: Enio Ronald Mueller
Orientador: Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza
Grau: Doutorado
Data da Defesa: 25/08/2008
Instituição de Ensino Superior: PUCRS
Departamento: Filosofia

RESUMO: Um estudo sobre o pensamento de Theodor W. Adorno, que destaca as suas características como filosofia. Trata-se de uma filosofia consciente de seu exercício debaixo de uma sombra catastrófica que tudo cobre, inclusive ela própria; e que gira em torno de um núcleo vazio, nomeável só pela negação dos nomes: Auschwitz. Nestas condições, a filosofia vê sua tarefa como a da interpretação. A concepção adorniana de filosofia como interpretação (*Deutung*) é o tema do Primeiro Movimento deste trabalho. De dentro dele surge o Segundo Movimento, a relação entre o conceito de interpretação e a discussão hermenêutica na filosofia contemporânea. O pensamento de Adorno é visto como contribuindo para esta discussão com sua ênfase nos gestos corporais de base que levam ao e sustentam o esforço da interpretação. Nele o gesto mais básico é o da (des)esperança. O Terceiro Movimento perfila esta (des)esperança à luz do diálogo de Adorno com a filosofia da esperança de Ernst Bloch. Dele resulta uma desconstrução de uma ontologia da esperança em favor de uma hermenêutica da (des)esperança. Esta hermenêutica será desdobrada no Quarto e no Quinto Movimentos, em forma especular. Primeiro ela é vista desde o lado da desesperança da esperança, através de uma análise da perspectiva de negatividade radical que permeia o pensamento de Adorno. Depois, o trabalho se concentra na esperança na desesperança, examinando a questão da positividade neste pensamento e concluindo com uma discussão da relação entre negatividade e positividade, entre desesperança e esperança. Em Adorno, esta relação é de espelho, em perspectiva de simultaneidade. A tarefa (impossível) da filosofia é “mirar nos olhos a negatividade completada”, na esperança de que deste modo ela se transforme em escrita inversa do seu contrário, a positividade cuja esperança não deve ser nomeada nem imageada.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.345-357
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

A APROXIMAÇÃO DE POPPER COM A EPISTEMOLOGIA EVOLUCIONÁRIA

Autor: Eloi Pedro Fabian

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luft

Grau: Doutorado

Data da Defesa: 28/08/2008

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://www.pucrs.br/pgfilosofia/teses_dissert/2008EloiPedroDO.pdf

RESUMO : Esta tese pretende demonstrar que o aprofundamento da aproximação de Popper com o método evolucionário (Tentativa e Erro), a partir dos anos de 1960 determinou uma mudança em sua epistemologia. Para tanto, procuraremos atingir os seguintes objetivos: **I)** Demonstrar uma primeira aproximação de Popper com o método evolucionário, nas obras até 1960, de forma ainda tímida e metafórica. Nesse momento, o autor serve-se de tais conceitos apenas para explicitar seu método falsificacionista, que, ao criticar o problema da demarcação e da indução, ainda tinha como fonte de legitimidade científica de falsificação de uma teoria e do crescimento do conhecimento uma base empírica e um apego aos postulados positivistas. Ressaltamos, ainda, o fato de Popper estabelecer um critério de demarcação ambíguo e convencionalista, porque tanto selecionava métodos, quanto teorias, além de não responder por que uma teoria, como a de Einstein, é melhor que a teoria da psicanálise de Freud, a não ser através de um critério convencionalista. **II)** Destacar que o aprofundamento da aproximação de Popper com o método evolucionário (Tentativa e Erro), a partir dos anos de 1960, determinou uma mudança em sua filosofia falsificacionista, através dos seguintes pontos: **i)** Defesa de que existe uma semelhança entre a seleção das teorias mais aptas com a seleção das espécies mais bem adaptadas, ou seja, partimos de problemas, tentativas de solução e eliminação do erro, tanto no âmbito natural quanto no epistêmico; **ii)** A base de legitimidade científica, de falsificação de uma teoria e do crescimento do conhecimento, que estava fundamentada numa base meramente empírica até aos anos 60, ganha novos componentes, mediante a defesa de um conhecimento objetivo, sem um sujeito conhecedor, mediado pelo mundo 3 (teorias) e pela função argumentativa e crítica da linguagem. O critério de legitimação de uma teoria ocorre a partir do Método de Tentativa e Erro que se caracteriza pelo uso crítico da experiência; **iii)** Ambos, ‘mundos 1, 2 e 3’ e a função argumentativa e crítica da linguagem, também são reflexo de uma adaptação evolutiva do universo até seu ponto máximo que é o homem. Com isso, o critério popperiano de demarcação fica menos restritivo por admitir que os ‘programas metafísicos de investigação’ são fundamentais para a descoberta de novas teorias científicas e na busca da aproximação da verdade. **III)** Ressaltar que, no âmbito geral da Teoria da Evolução, Popper está situado numa aproximação genérica que vai desde o darwinismo até ao neodarwinismo, expondo uma postura ambígua e crítica em relação a ambos, com a pretensão de buscar subsídios pertinentes ao seu projeto teórico. Popper pode ser apontado como um autor muito simpático e direcionando-se para uma epistemologia evolucionária, conquanto não tenha tido tempo para realizar essa tarefa efetivamente.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.345-357
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

O PROBLEMA DA VERDADE DO CONHECIMENTO NO RACIONALISMO CRÍTICO

Autor: Remi Schorn

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luft

Grau: Doutorado

Data da Defesa: 29/08/2008

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://www.pucrs.br/pgfilosofia/teses_dissert/2008remi.pdf

RESUMO: A tese tem como objeto de estudo a concepção de verdade e sua relação com a base empírica. Investiga a possibilidade de o conhecimento coincidir com seu objeto, tornando as teorias verdadeiras. O racionalismo crítico é o contexto no qual Popper desenvolve esse debate. Nossa proposta investiga a transformação da filosofia popperiana, de uma noção inicial em que sequer aparece a terminologia verdade e falsidade, passando pela aceitação da certeza quanto à falsidade de proposições empíricas, até a relativização de tais conceitos. Aponta o risco de ceder integralmente ao ceticismo e faz perceber que o autor lança mão de uma metafísica evolucionária como subsídio para sua filosofia das ciências. O estudo evidencia claro que Popper foi contraditório ao negar a indução e retomá-la em sua idéia de aproximação da verdade; foi superficial relativamente à teleológica idéia regulativa da verdade e; foi ingênuo ao conceber a base empírica como decisiva em um falibilismo restrito. A tese mostra que ele aceitou seus erros e os corrigiu; propôs a verdade e a aproximação da verdade como parâmetros para a crítica e; aceitou que a apreensão teórica do mundo só é possível por representações na linguagem. Com tal procedimento, Popper venceu o positivismo e as teses antiliberais substituindo a meta de fundamentação pela idéia de crítica. Seu instrumental conceitual pós-positivista permite a interpretação da ciência como altamente dinâmica, complexa e criativa, em um universo cujas contradições teóricas são inevitáveis e o pluralismo conjectural permite desvendar a realidade de forma mais abrangente.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.345-357
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

O SACERDOTE E A CIDADE

Autor: José de Oliveira Barbalho

Orientador: Prof. Dr. Luis Alberto De Boni

Grau: Doutorado

Data da Defesa: 29/08/2008

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://www.pucrs.br/pgfilosofia/teses_dissert/2008BarbalhoDO.pdf

RESUMO: Escolhemos como objeto de nosso estudo, nesta tese de doutoramento, a relação entre o *sacerdotium* e o *regnum* no *Defensor da Paz*, com o propósito específico de conhecermos o lugar do sacerdote na *civitas* marsiliana. Veremos que esse tema leva-nos a melhor compreensão da teoria política do paduano. Questões como “O que é o sacerdócio cristão?”, “Em que consiste, verdadeiramente, a *civitas* cristã?” e “Qual a relação entre ambos?” implicam a descoberta do fato de que, na vida presente, só há um poder, o do Estado. Quando o espiritual se torna uma fonte a mais de poder, na comunidade política, gera-se o facciosismo ou a guerra civil. Veremos também que as limitações da sua teoria a respeito da relação entre o sacerdote e a cidade não colocam à sombra a riqueza de seu pensamento político, no sentido de que este nos impulsiona a pensar diferentemente a comunidade política. Utilizamos como fonte principal o *Defensor da Paz*. Em segundo plano, para esclarecer algumas dúvidas, recorreremos ao *Defensor Menor*. Dentre os estudos sobre Marsílio, selecionamos aqueles que mais diretamente estão relacionados com o objeto de nossa investigação. Ao fazermos este trabalho, acreditamos que ele possa ser mais uma modesta contribuição ao estudo do pensamento político de Marsílio de Pádua, no Brasil.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.345-357
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

O CONHECIMENTO SOBRE DEUS NAS MEDITAÇÕES METAFÍSICAS DE DESCARTES

Autor: Luís Fernando Biasoli

Orientador: Prof. Dr. Urbano Zilles

Grau: Mestrado

Data da Defesa: 28/07/2008

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://www.pucrs.br/pgfilosofia/teses_dissert/2008BiasoliME.pdf

RESUMO: Nossa dissertação analisa a concepção de Deus nas *Meditações Metafísicas* de Descartes. O filósofo critica através de seu ceticismo as formas medievais de fundamentar o conhecimento. Sua preocupação fundamental não era o que é a verdade, mas como podemos justificá-la. A primeira certeza é base da fundamentação de sua teoria do conhecimento. O pensamento ganha uma prioridade sobre os dados do mundo sensível ou do exterior, portanto o que passa a ter valor, indubitavelmente, são as idéias que se tornam a realidade que temos acesso. Procuramos mostrar que as três provas da existência de Deus são necessárias, pois cada uma delas exerce uma função metafísica muito importante para justificar a verdade e não são redundantes. O conhecimento sobre Deus apresentado por Descartes apenas necessita da certeza da verdade da existência do **cogito**. As verdades que existem no mundo têm sua essência e existência, totalmente, determinadas pela vontade soberana de Deus que livremente as criou. A Metafísica cartesiana é o início da Modernidade filosófica, pois faz do pensamento humano o centro de sua investigação.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.345-357
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

A NECESSIDADE DO CONHECIMENTO PARA O POLÍTICO: UMA ABORDAGEM DA DIALÉTICA PLATÔNICA

Autor: Silvia Raquel de F. Murakami

Orientador: Prof. Dr. Reinholdo Aloysio Ullmann

Grau: Mestrado

Data da Defesa: 31/07/2008

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://www.pucrs.br/pgfilosofia/teses_dissert/2008SilviaRaquelME.pdf

RESUMO : A presente pesquisa objetiva versar sobre a importância do conhecimento (*epistêmê*) para o político. Segundo Platão, aquele que almeja o cargo de governante precisa perfazer um longo caminho rumo ao conhecimento das coisas em si; destaque-se: o conhecimento pela *diánoia* (conhecimento das imagens das Idéias) e pela *nóêsis* (conhecimento das próprias Idéias). A partir, exclusivamente, da *epistêmê*, o político tem acesso à idéia de Justiça, fundamental para o exercício de um governo caracterizado pela prática da justiça, tornando os cidadãos da *pólis* pessoas melhores, conduzindo-os à felicidade. Isso se daria por meio dos discursos do político quando direcionados aos cidadãos. Aquele que age com justiça é feliz. Antes, inclusive, ser vítima de injustiça que praticá-la e, no caso daquele que a comete, melhor é pagar pelo seu erro, deixando a alma livre da maldade.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.345-357
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

NATUREZA HUMANA E MORALIDADE: SOBRE O LUGAR E O PAPEL DA ANTROPOLOGIA NA FILOSOFIA MORAL DE KANT

Autor: Jociéli Jorge Gaboardi
Orientador: Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza
Grau: Mestrado
Data da Defesa: 31/07/2008
Instituição de Ensino Superior: PUCRS
Departamento: Filosofia

RESUMO : O presente estudo tem como objetivo compreender qual o lugar e que papel exerce a antropologia dentro do pensamento moral de Kant. Toma-se como ponto de partida a afirmação do filósofo na sua *Lógica* (1800), onde se lê que a resposta à pergunta “que é o homem?” responde também a outras perguntas, tanto de natureza metafísica e religiosa, quanto moral (1992, p. 42, Ak 25). Com tal afirmação, Kant atribui à antropologia grande responsabilidade, pois a coloca como ponto indispensável por onde passaria o conhecimento daqueles três saberes. Todavia, a exigência do modelo kantiano de fundamentação *a priori* da moralidade parece apresentar-se como uma barreira ao desenvolvimento do conhecimento que ofereceria respostas àquela última dimensão. A partir dessa dificuldade, busca-se compreender, em primeiro lugar, por que Kant elevou a antropologia a tal *status*, haja vista a prescrição da *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), que exige a não-adição de quaisquer elementos empíricos, inclusive antropológicos, para levar a cabo os seus esforços. Para isso, investiga-se, em segundo lugar, o tipo de relação que a antropologia estabelece com a filosofia moral e mostra-se a especificidade do método da antropologia kantiana, o qual assegura a essa um lugar no domínio de aplicação da moral. No decurso do texto, faz-se um resgate de parte das obras *Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita*, de 1784, *Religião nos limites da simples razão*, de 1793, e *O conflito das faculdades*, de 1798 (a), analisando-as e tentando mostrar que todas possuem em comum uma análise pragmática da natureza humana. Esse modo de análise vai-se desenvolvendo até culminar no texto de 1798 (b), *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, no qual Kant, entre outras coisas, retoma as teses fundamentais daqueles escritos. Por fim, conclui-se que houve um alargamento no modo de Kant conceber a tarefa do estudo filosófico sobre a natureza humana do texto de 1784 até o texto de 1798b. Graças a essa expansão, expressa fundamentalmente no aprimoramento do seu ponto de vista sobre a relação homem e mundo, Kant não se distanciou dos propósitos de sua filosofia crítica pelo fato de atribuir à antropologia um modo investigativo pragmático. Com isso, ao mesmo tempo, ele abriu caminho para uma nova maneira de abordar as relações éticas. Por meio da antropologia, tornou-se possível pensar tanto regras práticas, que orientam qual a maneira mais adequada de se chegar ao fim moral desejado, quanto regras teóricas, que dizem qual é o fim mais adequado, ao qual todo homem pode e deve se sujeitar. Ao evidenciar aspectos favoráveis e desfavoráveis à execução daquelas regras, a antropologia pragmática põe-se, assim, como a fundamental aliada do projeto de moralidade de Kant.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.345-357
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

O AGIR HUMANO EM CONFISSÕES E OBRAS ANTERIORES DE AGOSTINHO DE HIPONA: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE LIBIDO, CONSUETUDO E VOLUNTAS

Autor: Patrícia Degani

Orientador: Prof. Dr. Luis Alberto De Boni

Grau: Mestrado

Data da Defesa: 04/08/2008

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://www.pucrs.br/pgfilosofia/teses_dissert/2008PatriciaDeganiME.pdf

RESUMO: Para responder à pergunta de por que o sujeito não age sempre segundo sua razão, Agostinho de Hipona (354- 430 d. C) formula o conceito de vontade cindida em *Confissões*, VIII. Esse conceito resulta da interrelação dos termos *libido*, *consuetudo* e *voluntas* desenvolvida nas obras anteriores ao ano de aparição de *Confissões*, compreendidas entre suas primeiras obras até 401 d.C.. Na análise de *libido*, *consuetudo* e *voluntas* nas obras anteriores ao relato autobiográfico do hiponense, com um número significativo de ocorrências, permanece o entendimento de *libido* como desejo desmedido, *consuetudo* como hábito e uma evolução no conceito de *voluntas*, desdobrado entre vontade (*voluntas*) e livre-arbítrio da vontade (*liberumarbitrium voluntatis*). A vontade, entendida nesse contexto específico como uma inclinação, pode pender tanto para os bens temporais quanto para os eternos. No entanto, devido à natureza corrompida do homem depois da Queda, a vontade já não mais se inclina naturalmente para os bens eternos. Estando a vontade inclinada para os bens temporais, o desejo desmedido e o hábito de usufruir desses bens impedem o pleno exercício do livre-arbítrio da vontade. Ocorre, portanto, uma cisão da vontade entre os bens superiores e os inferiores. O livre-arbítrio não consegue exercer o seu poder de determinar a vontade, pois está impedido pelo desejo desmedido, constitutivo do homem caído, e pelo hábito. A libertação do livre-arbítrio dos grilhões da *libido* e da *consuetudo* é percebida como obra da Graça divina, uma vez que o desejo desmedido não pode ser superado pelo próprio indivíduo, embora se possa combater o hábito. Portanto, a interrelação entre *libido*, *consuetudo* e *voluntas* explica a idéia de vontade cindida e a necessidade da intervenção de um poder acima do homem para romper o ciclo vicioso assim instaurado.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.345-357
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

JUSTIÇA COMO INTEGRIDADE - INTERLOCUÇÕES ENTRE DWORKIN E HEGEL

Autor: Ednilson José Roesler

Orientador: Prof. Dr. Thadeu Weber

Grau: Mestrado

Data da Defesa: 12/09/2008

Instituição de Ensino Superior: PUCRS

Departamento: Filosofia

URL: http://www.pucrs.br/pgfilosofia/teses_dissert/2008EdnilsonME.pdf

RESUMO : Esta dissertação tem como interesse principal a elucidação da teoria da justiça de Dworkin à luz do pensamento hegeliano. A elaboração desta teoria configura um marco no que se refere ao tratamento do Direito com bases fundamentais nos princípios. O autor empreende uma convicta luta contra os ideais do positivismo e o utilitarismo que, na sua visão, engessam de tal modo a aplicação do Direito que impedem a concreta efetivação da justiça. A referência à filosofia de Hegel infere um peso filosófico à análise da teoria da integridade. A integridade é aceita como uma virtude dialética que atua como mediadora do processo conflituoso verificado no âmbito da justiça e da equidade. O fomento desta teoria resulta de um processo interpretativo, denominado de construtivo que culmina na tese da única resposta correta, artifício de contestação dos dogmatismos do positivismo. A caracterização da teoria da justiça como integridade passa pela aceitação da comunidade dos princípios morais, da imbricação entre justiça e moral, pelo reconhecimento do movimento interpretativo e da participação ativa dos processos históricos na formação da teoria da justiça. Estas características fornecem subsídios para a vitalidade desta teoria no que tange a sua aceitação nos meios jurídicos e filosóficos. A aproximação com o pensamento hegeliano mostra um duplo desafio: situar a teoria da justiça como integridade no contexto filosófico e jurídico e analisar as contribuições do pensamento hegeliano no fortalecimento das teorias da justiça contemporânea. A escolha por Hegel remonta da sua concepção de totalidade e da possibilidade de apresentar traços liberais em sua teoria. A interlocução entre os dois autores e suas teorias é possível através da dinâmica dialética presente em ambos. Hegel edifica todo seu sistema filosófico sob as linhas conceituais da dialética. O mesmo procede em relação à Dworkin que estabelece a teoria da integridade como um momento de superação e conservação dos valores presentes nos ideais superados da justiça e da equidade. A viabilidade dessa interlocução só é possível nos termos de uma possível crítica em relação às duas teorias. Obviamente não há como considerar a perfeita adequação de uma a outra, mas é possível uma comunicação aberta entre elas.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.345-357
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

A REESTRUTURAÇÃO DA ETICIDADE: A ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO HEGELIANO DE ETICIDADE NA TEORIA DO RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH

Autor: Filipe Augusto B. Campello de Melo
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luft
Grau: Mestrado
Data da Defesa: 30/09/2008
Instituição de Ensino Superior: PUCRS
Departamento: Filosofia
URL: http://www.pucrs.br/pgfilosofia/teses_dissert/2008filipe.pdf

RESUMO: O trabalho tem como objetivo encontrar na teoria de Axel Honneth uma proposta de atualização do conceito hegeliano de eticidade (*Sittlichkeit*), reestruturado a partir de um modelo assentado em esferas comunicativas de reconhecimento. Situado no quadro teórico que se configura entre Hegel e Honneth, tem-se em vista precisar a caracterização que o conceito hegeliano de eticidade adquire no tratamento contemporâneo. O desenvolvimento da argumentação será desdobrado em três partes. Inicialmente, apresentam-se as linhas gerais que permeiam a idéia original de Hegel do vínculo entre reconhecimento e eticidade. Em seguida, expõe-se a literatura crítica acerca de problemas da abordagem hegeliana, visando expor a plausibilidade da atualização da eticidade a partir da revisão do conceito hegeliano de espírito e do tratamento especulativo do reconhecimento. A terceira parte discute a reatualização de Hegel na teoria de Honneth, na qual é apresentada, num primeiro momento, a exposição do modelo de eticidade proposto por Honneth em *Luta por Reconhecimento*. Procura-se sustentar que a teoria de Honneth, ao propor uma “gramática moral dos conflitos sociais”, propicia uma consistente articulação entre a intuição original de Hegel de eticidade e o estabelecimento de uma base mais sólida proporcionada pela inflexão empírica, no marco de um projeto de atualização que busca adaptar a proposta de Hegel às exigências do pensamento pós-metafísico. Num segundo momento, é apresentada a proposta honnethiana de atualização da *Filosofia do Direito* de Hegel, cuja perspectiva é orientada para a remodelação do conteúdo normativo das esferas da eticidade. A partir da discussão da teoria de Honneth, esta análise tem em vista indicar novas possibilidades de retorno a Hegel, relido a partir de novos padrões conceituais.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.345-357
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

DA SOMBRA À EXPOSIÇÃO: SOBRE A TEMPORALIDADE NA DIMENSÃO ESTÉTICA DE EMMANUEL LEVINAS

Autor: Luciano Assis Matuella
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza
Grau: Mestrado
Data da Defesa: 31/10/2008
Instituição de Ensino Superior: PUCRS
Departamento: Filosofia

RESUMO: O trabalho aqui apresentado tem por objetivo central *estudar a idéia de temporalidade no âmbito da estética do filósofo Emmanuel Levinas*. É estudado, de forma cronológica, o período que se estende desde 1948 - época da primeira formulação, no artigo *La réalité et son ombre* - do que se poderia chamar de uma *estética levinasiana* - até 1974, ano em que é publicada aquela que por muitos é considerada a obra de maturidade do autor, *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*. De modo a tornar explícita a questão da *temporalidade*, o desenvolvimento dos conceitos de *sensibilidade* e de *linguagem*, tão importantes para a teoria levinasiana, é investigado de modo cuidadoso. Busca-se, por fim, apresentar os diversos lugares que Levinas atribui ao artista e a sua produção: desde a obra como sombra da realidade (1948) até a arte como exposição mesma da essência (1974).

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.345-357
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------